



O CÉU DOS PRETOS NAS VOZES DE UM HOMEM NEGRO

THE BLACK SKY IN THE VOICES OF A BLACK MAN

Merylin Ricieli dos Santos*

Resumo: O objetivo geral desse artigo é apresentar reflexões acerca da problematização de uma narrativa racializada, valorizando as experiências e relatos de um sujeito negro nascido na cidade de Ponta Grossa e integrante de diferentes segmentos do Movimento Negro local; quanto aos objetivos específicos, busca-se compreender como se deu o processo de valorização identitária desse indivíduo e quais as referências de negritude que o constituíram até então. Tal pesquisa possui caráter qualitativo (MINAYO, 1994) e se consolidará através da interação das perspectivas teórico- metodológicas proposta pelo círculo bakhtiniano (1929/2005) acerca do dialogismo e da comunicação responsiva, tendo como ponto de partida a História Oral, que tem como desafio a finalidade social essencial da história, podendo ser um meio de transformação, tanto do conteúdo, quanto da finalidade da própria história (THOMPSON, 1992). A análise discursivas fora realizada após o processo de construção da entrevista, considerada por Minayo (2001) como o procedimento mais usual no trabalho de campo e que traz informações presentes na fala dos atores sociais entrevistados.

Palavras-Chave: Negro. Identidade. Representatividade.

Abstract: The general objective of this article is to present reflections on the problematization of a racialized narrative, valuing the experiences and reports of a black subject born in the city of Ponta Grossa and a member of different segments of the local Black Movement; as to the specific objectives, we seek to understand how the process of valuing this individual's identity took place and what references of blackness have constituted him until then. Such research has a qualitative character (MINAYO, 1994) and will be consolidated through the interaction of theoretical and methodological perspectives proposed by the Bakhtinian circle (1929/2005) about dialogism and responsive communication, starting with Oral History, which has as its starting point I challenge the essential social purpose of the story, which can be a means of transforming both the content and the purpose of the story itself (THOMPSON, 1992). The discursive analysis was carried out after the interview construction process, considered by Minayo (2001) as the most usual procedure in the field work and which brings information present in the speech of the interviewed social actors.

Keywords: Black. Identity. Representativeness.

* Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em História, licenciatura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestra em Linguagem, Identidade e Subjetividade (UEPG). Especialista em Gênero e diversidade na Escola pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em História, Arte e Cultura (UEPG). Especialista em Gestão educacional e trabalho pedagógico (UEPG).



Apresentação

Relações dialógicas, história e memória, identidades e diferenças, narrar e ouvir, lembrar e esquecer, assim como outras categorias que o campo discursivo é capaz de conectar, dão base às reflexões seguintes. Partindo de Janaína Amado (1995) e entendendo a narrativa e seu potencial como um terreno muito frutífero, no que tange aos acontecimentos simbólicos, nem sempre reais em uma perspectiva histórica, mas real no viés de imaginários coletivos, busca-se nesse artigo problematizar quais os significados atribuídos às lembranças racializadas do sujeito entrevistado e protagonista desse texto.

Considerando que cada indivíduo pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias e, por mais que sejam sociais, o conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa (AMADO, 1995), entende-se que há uma constante teia mnemônica que engloba vivências e lembranças em um mesmo plano reflexivo e imagético, tornando as experiências inteligíveis e atribuindo significado a estas (*idem*).

No texto *O Grande Mentiroso* (1995), a autora Janaína Amado aborda a capacidade que a memória tem de transitar entre os tempos, transformando passado em passado e futuro em futuro. Ela ainda explana que por intermédio da memória emerge a percepção de tempo que nós humanos temos, que nos possibilita compreender, combinar e dividir determinadas fases temporais.

A menção aos escritos da autora foi pensada no tocante à sua discussão a respeito dos acontecimentos transmitidos de geração em geração, capazes de modificar o *habitus* e ser percebido como a *memória herdada*. Outra justificativa relacionada à utilização do texto em questão como referência teórica volta-se para a reflexão de Janaína Amado no que consiste à disputa de narrativas. Nessa esteira, partindo de uma entrevista que realizou em 1979, revisitada anos depois, ela apresenta o modo que percebe e lida com tais disputas através da análise e interpretação de determinados códigos culturais (linguagem, gênero literário, etc...). Com base no desenho teórico-metodológico apresentado pela autora, os códigos culturais aqui evidenciados se organizam como termos/signos/palavras/símbolos que tratados como categorias de análise serão fios condutores das reflexões aqui propostas.

A categoria signo será utilizada nesses escritos na perspectiva reflexiva de que “Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre



carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.” (BAKHTIN, 1997, p.95).

Sobre o sujeito que, por meio de seus enunciados, delineou os caminhos dessa pesquisa, trata-se de um homem negro, pontagrossense e membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial local. Aurélio Rosa tem quarenta e dois anos, é professor e recentemente formou-se em Direito em uma faculdade privada da região. Pai de uma adolescente de treze anos, o contatado mostrou-se interessado em falar sobre suas vivências negras não só em sua cidade natal, como também em Curitiba, município que teve grande importância em seu processo de construção de identificações negras.

Antes de seguir com as discussões, faz-se necessário situar que o termo negro é edificante nesse artigo, pois reconhece-se a pluralidade semântica associada a tal signo, bem como outras palavras que por vezes são utilizadas para tratar de sujeitos descendentes das diásporas africanas e que são empregadas como sinônimo deste. A opção em tratar da categoria negro embasa-se nas considerações de Cuti (2010), em seu texto publicado na revista *Matriz: uma revista de arte negra*; e intitulado *Quem tem medo da palavra negro*.

Cuti é o pseudônimo do intelectual e ativista Luiz Silva que no texto citado traz reflexões muito precisas acerca do estigma que constituiu a palavra negro, problematizando-a como um campo imenso de significados, lutas e resistências vivenciadas cotidianamente. Ele argumenta que a humanidade nasceu na África, deste modo, todos nós seres humanos somos afrodescendentes (independente da cor). No entanto, tal superficialidade não dá conta de compreender a importância de usar um ou outro termo, haja vista que o pensar todos enquanto afrodescendentes volta-se para reflexões do ponto de vista científico e não social (CUTI, 2010).

A problemática vinculada ao “afro” refere-se ao próprio fenótipo negro que na visão do autor se dilui, já que um sujeito “afro” pode ser branco. “É por isso que o jogo semântico-ideológico tem se estabelecido e o sutil combate à palavra negro” vem se operando, pois ela não encobre o racismo, além disso lembra reivindicação antirracista” (CUTI, 2010, p. 1). Nessa perspectiva o signo *negro* tem uma dimensão ideológica de resistência e denúncia sócio-histórica e foi escolhida “[...] porque ela é a única do léxico que, ao ser empregada para caracterizar organização humana, não isenta o racismo” (CUTI, 2010, p. 4).

Considerando que “Muita gente hoje, com as expressões formadas a partir do prefixo “afro”, trabalha “confortavelmente”, sem necessitar de confronto com a ideologia racista, negando-lhe a existência (CUTI, 2010, p. 6)”, a palavra negro será aqui utilizada como uma



forma de fortalecer a luta antirracista e perceber seus diferentes usos e significados.

Reconhecendo ainda a ressignificação desse signo que hoje pode ser entendido como um elemento edificante para o enfrentamento do racismo e fortalecimento das lutas antirracistas no país e no mundo, sendo também motivo de empoderamento, orgulho e, sobretudo, de identificação. Partindo deste signo, busca-se, por meio de uma entrevista, compreender como um indivíduo negro e pontagrossense se percebe a partir dele.

Contranarrativa

Ao buscar como se construiu a narrativa histórica de Ponta Grossa, cidade de origem do sujeito aqui evidenciado, percebe-se o quão contraditórias são as considerações a respeito da presença preta e parda no município, que cultiva um discurso de cidade branca, onde a herança europeia é reverenciada. Esta realidade acompanha a lógica regional. Enquanto Ponta Grossa divulga uma festa “típica” alemã, os municípios vizinhos, Carambeí e Castro, exaltam a cultura holandesa. No entanto, nem uma e nem outros situam as comunidades remanescentes quilombolas, clubes negros e sujeitos negros que estão inseridos em seus territórios.

O processo de não reconhecimento de vivências e culturas negras na região pode ser visto como uma ação com dois resultados interligados. O primeiro é a dificuldade de reconstrução histórica das trajetórias e memórias negras na região; o segundo é reflexo do primeiro e pode ser compreendido como a dificuldade em construir identidades negras positivas no município em que os negros não se sentem representados. Isto ocorre porque “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina os negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).” (GOMES, 2005, p.43).

Sobre o processo histórico embranquecido e que minimiza a presença de sujeitos e comunidades negras em Ponta Grossa, pode-se dizer que é nortado por discursos hegemônicos legitimadores, que operam por intermédio de silenciamento das práticas socioculturais vivenciadas por indivíduos pretos e pardos na região, perpetuando assim as mais variadas faces do racismo historiográfico (REIS, 2010), percebido aqui como parte de uma dinâmica ideológica e estratégica de exclusão, que juntamente com a não representação, invisibilidades e práticas discriminatórias, faz com que indivíduos negrodscendentes



busquem possibilidades alternativas de interação e socialização, que se dão fora dos centros urbanos e se consolidam, sobretudo, nas periferias.

Perspectivas teóricas

O exercício interdisciplinar de relacionar história e linguagem, a fim de perceber como processos de construção de identidades se constituem, articula-se por meio de conceitos utilizados para analisar fontes de natureza oral e escrita. Utilizados, nessa pesquisa, como ferramentas analítico-interpretativas, os signos *identidades* e *representatividade* serão mobilizados como dois campos reflexivos que se relacionam. Ao longo do artigo outras discussões serão desenvolvidas, não centrada em um ou outro termo/categoria de análise, mas como elementos de reflexão. Sobre o primeiro signo mobilizado, para Sílvio de Almeida (2019)

A identidade é fruto de uma história, que só pode ser alcançada caso mergulhemos nas relações sociais concretas. Se a identidade é uma ideologia, ela o é no sentido althusseriano de prática material: a identidade como ideologia “existe” nas relações concretas e se manifesta na prática de indivíduos “assujeitados” (tornados negros, brancos, homens, mulheres, trabalhadores, trabalhadoras etc.) (ALMEIDA, 2019, p.9).

Nesta perspectiva, ao prefaciando o livro *Armadilha da Identidade* de Asad Haider (2019), Almeida também argumenta que “A “armadilha” de que fala Haider não está em se levar em conta a identidade nas análises sobre a sociedade, mas em analisá-la como se fosse algo exterior às determinações materiais da vida social.” Ou seja, a percepção de identidade de modo dissociado de vivências sociais, ou puramente individual e fragmentado, não dá conta de situar as especificidades que as constituem.

Em consonância com essa linha de reflexão, identidade também pode ser entendida como “[...] uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio” (MUNANGA, 1994, p. 177-178). A realidade que define um grupo como diferente de outro é sempre marcada por identificação, entendida aqui como

[...] uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ganhá-la ou “perde-la”; no sentido de que



ela pode ser sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença (HALL, 2000, p. 106).

Em razão disso, pode-se dizer que as identificações são construídas discursivamente e se consolidam através de determinadas práticas culturais que servem como modo de identificar e diferenciar grupos ou sujeitos. A partir daí, e considerando a natureza discursiva dos depoimentos orais, entende-se que

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. [...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p.108).

Marcada por uma multiplicidade e transitoriedade do ser, bem como em perceber-se, as identidades também são elementos de poder e diferenciação que perpassam questões de gênero, raça, sexualidade, classe, contemplando também outros aspectos definidores de um sujeito, grupo, comunidade ou cultura.

Já o signo *representatividade* será pensado a partir de uma definição própria que seja possível conectar a intencionalidade de dizer do entrevistado e possíveis articulações conceituais sistematizadas e historicamente situadas, a fim de estruturar uma denominação aproximada do emprego do signo pelo informante, pensando principalmente em representatividade negra.

Metodologia

A sistematização, seleção e análise das fontes nesta pesquisa partem da proposta de investigação, uma das etapas do trabalho do historiador. Já o *corpus* metodológico ampara-se na união de procedimentos viáveis a fim de explorar o máximo possível o conjunto de fontes já disponíveis (textos/enunciados e imagens). No decorrer da pesquisa outros documentos serão apresentados no intuito de propor diálogo com a entrevista, a qual “[...] não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 2001, p.57).



Enquanto Portelli (2010) define a entrevista como uma troca de olhares, Paul Thompson em uma sistematização bastante flexível explanou que

[...] há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade (THOMPSON, 1992, p.254).

Priorizando perguntas simples e diretas, a empatia e o respeito pelo informante é crucial nesse processo, “Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos” (MINAYO, 2001, p.57).

Ao compreender que a proposta aqui elencada trata, por meio de diferentes fontes, de questões bastante subjetivas que exigem uma valorização de narrativas construídas por sujeitos postos às margens, observa-se a relação desta com o efeito do modelo de pesquisa qualitativo, que “nasceu de uma preocupação em entender o outro” (DENZIN, LINCOLN, 2006, p. 15). Logo, esta escolha metodológica define a presente pesquisa como de natureza qualitativa, uma vez que “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p.21-22). Além das diferentes possibilidades de análises e variedade de fontes, a pesquisa qualitativa “Está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (FLICK, 2009, p. 16).

Em vista disso, o caráter qualitativo possibilita desenvolver neste estudo o diálogo com duas outras perspectivas metodológicas, a *história oral*, como arte da escuta (PORTELLI, 2016) que pode ser entendida também como “[...] uma tentativa de reconectar o ponto de vista nativo, local, vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça” (PORTELLI, 2016, p.150).

A história oral permite aos pesquisadores criarem possibilidades de análises baseadas nas memórias de seus entrevistados que, embora subjetivas, trazem reflexos das vivências sociais na perspectiva de dar visibilidade ao fazer narrativo daqueles que já possuem voz devido às suas condições de agentes históricos “[...] fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos (FERREIRA, 2000, p.11)”. Nesta linha de reflexão,



A história oral, então, junta a história vinda de cima e a história vinda de baixo em um mesmo texto – em uma mesa de negociação – criando um diálogo igualitário entre a consciência que os historiadores têm dos padrões espaciais e temporais mais amplos e a narrativa pessoal, mais pontualmente focada, do narrador local. (PORTELLI, 2016, p. 150).

Antes de colocá-la em prática, foi necessário compreender que na história oral não se aplica um método pré-definido, mas é preciso constituí-lo de acordo com cada intenção de pesquisa. O interesse nesta metodologia volta-se para a sua “plasticidade”, bem como a capacidade do pesquisador em produzir suas fontes e perceber-la como parte da investigação construída.

Um trabalho embasado em história oral deve ter como ponto culminante o processo de identificação, tanto do entrevistador quanto do entrevistado, com a temática tratada ao longo da entrevista. Essa disciplina, procedimento analítico e/ou metodológico, é compreendida como o modo de dar ou encontrar uma escuta, assim como empoderar indivíduos que possuem um histórico marginalizado ou inferiorizado, mas não se restringe a estes. Entretanto, nesse trabalho tal máxima é considerada, haja vista que “ Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

A história oral contribui para que narrativas sejam desconstruídas e reconstruídas, além de proporcionar a comunicabilidade da experiência entre as partes envolvidas, visto que ambas são autoras nesse processo. Outro aspecto positivo deste campo discursivo é o conjunto de narrativas individuais construídas durante a entrevista, de modo que tanto entrevistador quanto entrevistado atribuem diferentes significados e sentidos aos seus enunciados através das memórias e vivências que remontam parte da dinâmica sócio-histórica em curso. Diante disso,

O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades (ALBERTI, *et al.*, 2000, p.13).

Ao longo de um curso de história oral ofertado no XVI Encontro Regional de História organizado pela ANPUH Paraná, ocorrido em julho de 2018, o professor Doutor Robson



Laverdi, explicou que a história oral pode ser compreendida como o conjunto de procedimentos éticos e co-participativos que tem implicações sobre o processo de produção da narrativa. Nesta linha de reflexão, a história oral insere-se no desafio de viabilizar a produção da memória oral e gestual.

Em outra formação acadêmica coordenada pelo mesmo professor, ofertada no primeiro semestre de 2020, em uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o docente explanou que a história oral cria a possibilidade da narrativa que é embrenhada por uma série de coisas, sendo capaz de cruzar todas as temporalidades, uma vez que a narrativa do próprio entrevistado tem a liberdade de circular e transitar sutilmente entre presente e passado.

Assim, a utilização de tal metodologia se justifica principalmente pela dinâmica dos acontecimentos e eventos presentes, atuais e em curso, até porque [...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas.(ALBERTI, 1990, p. 4).

Após utilizar a história oral para a construção da entrevista, considerou-se a necessidade de pensar em uma metodologia que desse conta de propor reflexões acerca dos enunciados que a constituem. Assim, optou-se pelo modo de trabalho proposto pelo círculo bakhtiniano (1929/2005), que “[...] representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de sua riqueza cotidiana”. (BRAIT, 2010, p. 9-10). Sobre este conjunto de teoria e técnicas construído por Bakhtin, Voloshinov, Medvedev e outros intelectuais de renome, pode-se dizer que:

Sem querer (e sem poder) estabelecer uma definição fechada do que seria essa análise/teoria dialógica do discurso, uma vez que esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos (...) (BRAIT, 2010, p. 10).

A partir da afirmação de Brait, compreende-se que a teoria de estudo da linguagem aqui citada permite associar duas diferentes áreas produtoras de conhecimentos, História e, Estudos de linguagem e identidade, uma vez que se pensa a linguagem e os sujeitos que a



produzem como historicamente e socialmente situados.

A realidade social do sujeito dessa pesquisa é materializada por suas identidades e vivências racializadas. Em relação às análises, serão elaboradas através de problematizações das relações dialógicas contidas nos discursos do informante, sendo conduzidas, sobretudo, a partir de seus enunciados, compreendidos como “[...] unidade real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p.293).

Sobre relação dialógica é possível dizer que:

É uma relação marcada por uma profunda originalidade e que não pode ser resumida a uma relação de ordem lógica, linguística, psicológica ou mecânica, ou ainda a uma relação de ordem natural. Estamos perante uma relação específica de sentido cujos elementos constitutivos só podem ser enunciados completos (ou considerados completos, ou ainda potencialmente completos) por trás dos quais está (e pelos quais se expressa) um sujeito real - ou potencial, o autor do determinado enunciado. O diálogo real (conversa comum, discussão científica, controvérsia política, etc.) (BAKHTIN, 1997, p. 353)

Relação dialógica é constituída por aspectos de concordância ou discordância a determinado enunciado após sua recepção por um interlocutor. É resultado da interação entre falante e ouvinte, autor e interlocutor. Essas relações não ocorrem apenas em momentos específicos e não precisam estar no mesmo espaço temporal, visto que “Dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido” (BAKHTIN, 1997, p.354).

As relações dialógicas e o processo de comunicação responsiva serão problematizadas não apenas nos discursos orais construídos na/pela entrevista, mas ainda nas demais fontes que formam o *corpus* documental dessa pesquisa. Os documentos serão analisados considerando que “O enunciado concreto, visto dessa perspectiva teórica [análise/teoria dialógica do discurso] poderá, ao longo de outras obras (e em diferentes traduções), ser substituído ou fundido na ideia de palavra, de texto, de discurso (e até mesmo de enunciação concreta)” (BRAIT, 2010, p. 67).

Nesse trabalho os enunciados serão tratados como texto, pois “Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento [...]. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida” (BAKHTIN, 2003, p. 307). Os textos analisados são compostos por um conjunto de signos/palavras que só adquirem sentido dentro



do processo de interação verbal.

Após elencar as especificidades da metodologia amparada em um “[...] conjunto de preceitos sistematicamente organizados” (BRAIT, 2010, p. 9-10), definido pelo Círculo de Bakhtin no âmbito da linguagem, retoma-se a intencionalidade deste estudo e ao seu sujeito de pesquisa na qualidade de indivíduo *agente* de dizer e existir.

O desenho metodológico citado é pertinente na medida em que narrativas orais são compreendidas como espaços que permitem mobilizar signos enquanto sinais dentro de uma mesma problematização discursiva.

Análise

A entrevista aqui pautada organizou-se com base em um roteiro semi-estruturado e não está na categoria de história de vida, mas de história oral temática. Deste modo, as perguntas voltaram-se para as vivências do entrevistado na cidade de Ponta Grossa, bem como no breve período que esteve na capital do estado, Curitiba. O objetivo dessa entrevista foi construir um material que trouxesse o máximo de subjetividade possível, a fim de possibilitar problematizações e cruzamentos analíticos com outros documentos e imagens selecionadas.

A narrativa de Aurélio Rosa, traz uma série de discursos indiretos que o fazem refletir sobre sua identidade negra que foi se constituindo por meio de interação com outros sujeitos negros e isso ocorreu de modo mais significativo na cidade de Curitiba. Em contraponto, Ponta Grossa não foi um campo promissor ou agregador nesse sentido, mas desencadeou um ponto de partida para que o contatado buscasse novos horizontes de expectativas.

A longa trajetória do entrevistado o permitiu participar de dois projetos que contribuíram para a construção e fortalecimento de sua identidade negra. O primeiro foi financiado pela Fundação *Ford*, já o segundo foi desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Cegos, ambos em Curitiba. O primeiro projeto tratava-se do cursinho pré-vestibular destinado a estudantes negros. O segundo refere-se a um trabalho desenvolvido com crianças negras e estrangeiras.

Eu fui criar identidade lá em Curitiba, quando eu fui dar aula no cursinho, parecia que eu estava no céu dos pretos, tinham cem negros, cento e um comigo (*risos*) e quando chegaram pra conversar comigo eles perguntaram assim, qual que era o teu Orixá? Qual que era o meu Orixá(?). Eu pensava que ser negro era só cor da pele. Eu tinha conhecimento histórico do processo de



escravidão, mas não tinha identidade. (ROSA, 2020, informação verbal).

Para além da metáfora de um *Paraíso* negro, o enunciado demonstra a necessidade de um deslocamento geográfico do sujeito para lhe possibilitar uma percepção, construção e apreensão de outras identificações negras que vieram constituí-lo como homem negro, militante e ativista capaz de voltar o olhar para si em um movimento de autoconhecimento e (re)conhecimento, o que antes não lhe fora permitido devido à escassez de referenciais e representatividade negra em sua cidade natal.

Por meio deste fragmento narrativo, nota-se que a experiência no cursinho para negros não apenas o conectou à práticas culturais negras, mas também fez emergir o questionamento sobre que tipo de negro ele era, não no sentido de desestabilizá-lo, mas na intenção de conhecê-lo, o que recai à discussão sobre uma possível “autenticidade da negritude”, visto que os questionamentos não pautavam-se na cor da pele ou pertença racial do indivíduo, mas ao viver negro associado, nesse caso, à religião.

A sensação de entusiasmo e pertencimento é expressada por Aurélio quando ele descreve o cursinho como o *céu dos pretos*, um território negro certamente, mas curiosamente em Curitiba, capital do Estado do Paraná, onde o discurso de cidade europeia também foi vendido e comprado por muitos, cidade que conta com cerca de 20% de negros, de acordo com o último censo do IBGE (2010), quantidade significativa e um pouco menor que Ponta Grossa, que registra aproximadamente 21% de pretos e pardos autodeclarados, município que também dispõe de cursinhos preparatórios para vestibular gratuito, mas nenhum com especificidades de recortes raciais.

Um dado interessante no enunciado do entrevistado é o número de alunos matriculados nessa proposta, haja vista que a conclusão do ensino médio para a população negra e de periferia em Ponta Grossa, por exemplo, é uma conquista muito restrita. Nesta esteira, pensar em uma centena de indivíduos negros que já passaram por essa etapa e a partir dela visualizaram a possibilidade de buscarem novas perspectivas, faz pensar na importância da representatividade, apoio financeiro e amparo social, como pilares coletivo e necessários na busca pela equidade.

Por meio da fala do informante, observou-se ainda que o ponto de conflito entre seu conhecimento sobre o processo escravista e uma suposta ausência de identificações negras em seu modo de vida, estava não na pergunta a ele dirigida, mas na resposta que não conseguiu dar. A partir deste episódio outros questionamentos também o fizeram (re)pensar sua própria



negritude.

Perguntaram qual que era o meu Orixá e eu não sabia (né), daí começaram a questionar: “*Onde é que você mora?*” Eu morava no Centro, mas eu morava na Casa do Estudante, eu morava no centro. “*E tua namorada é branca ou é preta?*” Daí eles falaram assim... Minha namorada era branca. “*Onde é que você estuda?*” Eu estudo na Federal, “*Mas como você entrou na Federal? Se eles estão fazendo cursinho para as pessoas terem acesso a Federal*” e eu já estava fazendo uma pós (ROSA, entrevista, 2020).

Os diálogos assinalam uma responsividade racializada que desestabiliza o entrevistado quando o faz articular silenciosamente suas reflexões, mas não as verbaliza aos seus alunos que estavam tentando reconhecer *que tipo de negro ele era*. Morador do centro de Curitiba, sem ter conhecimentos da matriz de religiosidade africana, envolvido em um relacionamento inter-racial com uma parceira branca, já graduado e estudante da instituição pública mais visada da cidade, onde seus discentes almejavam adentrar. Lugares de identificações não partilhados com as experiências que seus discentes vivenciavam, o que sinaliza para o lugar de privilégio desse sujeito “desprivilegiado”.

Por outro lado, em um curioso jogo identitário, percebeu-se que o entrevistado já ocupava um lugar que seus educandos almejavam, entretanto, almejava o lugar identitário que seus educandos haviam consolidado pra si, um processo de identificação mediado por referências negras partilhadas que envolvia ambos em um exercício de pertencimento e afirmações na busca por lugares, símbolos e interações negro-centradas.

Outra experiência tratada pelo informante em sua narrativa refere-se ao trabalho que desenvolveu no Instituto Paranaense de Cegos com crianças refugiadas de Angola, também em Curitiba. Aurélio pontuou que esse trabalho foi muito importante para a percepção de si e se emocionou ao recordar acontecimentos que o marcaram profundamente.

Num dia eu estava sentado, uma noite já e eles vieram e começaram a tatear o meu rosto, assim: “*Tio Aurélio!!! Você é negro.*” E eram, veja, eles estavam mutilados, alguns por causa de Mina Terrestre ficaram cegos, sem pai, sem mãe, do outro lado do Oceano, (é) falaram: “*Tio Aurélio!!! Você é negro, tio Aurélio. De que país da África você é?*”. Daí me veio uma coisa muito forte, assim, com a questão de identidade. Eu há cem quilômetros da minha casa, tenho pai, tenho mãe, estudava na Federal e eu não sabia da onde eu era. É muito triste isso daí, é muito triste! Negro no Brasil tem muito disso. Daí começou a mudar, por que que apagaram a minha história? (ROSA, entrevista, 2020).

Um dos desafios da história oral pauta-se justamente na capacidade do pesquisador em



manter-se concentrado no movimento da entrevista, porém, após esse enunciado o silêncio da pesquisadora deixa subentendido o fato de (com)partilhar um lugar racial comum ao entrevistado, o que a levou a imaginar-se na mesma condição que o informante, em um processo de reconhecimento ancestral, mas sem uma identificação nomeada acerca de um país, região ou etnia de origem.

Quanto ao trecho apresentado, pode-se dizer que evidencia uma identificação mútua, mas iniciada pelos alunos que se reconheceram alegremente na estética negra do professor. Após sentir-se duplamente tocado, física e emocionalmente, o informante fez conexões com sua realidade e trajetórias. Diante disso, o enunciado trouxe relatos de crianças mutiladas que, mesmo cegas, conseguiam enxergar o lugar de Aurélio. A partir daí o entrevistado percebera que, embora as crianças estivessem mutiladas, era a sua própria história que estava a faltar pedaços e, emocionado, ele finaliza “por que que apagaram a minha história? (ROSA, entrevista, 2020).

Um desfecho questionador e ao mesmo tempo mal resolvido, dado que a história de Aurélio e de seus ancestrais, não foi apagada, mas (re)escrita em uma perspectiva colonizada que por meio da coisificação de sujeitos pretos e pardos acabara comprometendo gerações inteiras que pouco sabem de suas raízes, origem ou etnias. Por isso o relato de Aurélio soou tão familiar para a entrevistadora. E seu questionamento ecoa como resposta para o silêncio historiográfico acerca das experiências negras (des)humanizadas.

Na sequência, em meio a enunciados que reportam à representatividade e referências negras em pelo menos quatro momentos, a narrativa de Aurélio traz pistas a respeito de dois eventos que estão diretamente relacionados à trajetória de sua família. O primeiro diz respeito ao nome de uma das praças mais recentes situada em Ponta Grossa, a *Praça do Pôr do Sol*. E o segundo envolve a *Münchenfest*, evento típico do município.

De acordo com o entrevistado “[...] a Praça que é *Praça do Sol* tem o nome da Chácara, é Chácara Maria Joana Rosa que é o nome da minha Vó, e daí depois que colocaram o nome de *Praça do Sol*.” (ROSA, 2020, informação verbal). O local que correspondia às dependências da antiga Chácara *Dona Maria Joana Batista Rosas* passou por um longo período de anonimato e apenas em 2018 torna-se um espaço de lazer e esporte na região.

Outra fonte além da narrativa de Aurélio que confirma essa informação, está posta em Diário Oficial do Município sob o Decreto N°412 de 11/09/2002 tratando justamente da oficialização da denominação do espaço como *Parque Maria Joana Batista Rosas* e de acordo



com o decreto, deliberado pelo Prefeito Péricles de Holleben Mello, o local tinha como objetivo básico desde a preservação de ecossistema e beleza cênica do Parque até o desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades educacionais e turismo ecológico (PONTA GROSSA, p.1, 2002).

Ao considerar que nem a fonte verbal e nem o documento escrito explicaram o motivo que levou a Chácara a ser assim chamada, indaga-se antes de mais nada sobre a influência que uma funcionária, mulher e negra, teve nesse episódio. Por outro lado, a respectiva denominação pode ter sido atribuída a Chácara no sentido de fazer referência ao lugar por meio de uma pessoa vinculada a ele, ou, devido à posição que esta senhora ocupava na organização do local, não só cozinheira, mas talvez a responsável em manter a ordem e sistematização do espaço, visto que Dona *Maria Joana Rosa* e seus familiares por décadas prestaram serviços para famílias de renome em Ponta Grossa. Quanto a isso, Aurélio tinha a seguinte percepção:

Então, assim, a princípio a história da minha família se confunde muito com a história de Ponta Grossa, a minha avó, ela trabalhava de empregada na casa de umas famílias bem abastadas. Na verdade a minha avó trabalhou com a prima do Santos Dumont e nesse formato, então, foi se desencadeando várias situações (ROSA, 2020, informação verbal).

Além de associar a família negra a uma personalidade conhecida nacionalmente, o enunciado em questão retoma algumas informações já registradas referentes ao vínculo empregatício da avó do contatado. Entretanto, o trecho traz uma historicidade e dinâmica de processualidade inversa à narrativa dominante pontagrossense que coloca a população negra em seus não-ditos, enquanto que Aurélio faz um movimento totalmente inverso, pois todo seu discurso é marcado por uma tentativa incisiva de propiciar certo lugar de destaque a seus familiares na narrativa histórica cidadina.

Ainda que o enunciado não evidencie uma reconfiguração da narrativa pré-dominante, apresenta indícios de que tais narrativas foram sim atravessadas por vivências negras que (re)existiram até a contemporaneidade. Ao frisar que a história da sua família se confunde muito com a história de Ponta Grossa, Aurélio constrói uma afirmação dialógica que faz emergir a reflexão de que sua família, negra, trabalhadora e não tão anônima quanto permanece, fora igualmente importante para a história do município quanto outras famílias mais abastadas e detentoras de um protagonismo exclusivo no que se refere à propagação de mitos fundadores.

Nessa esteira, o informante trouxe também outro exemplo, que remonta um episódio



sobre a divulgação da festa típica local que, embora vendida como alemã, conta com um mascote preto chamado *Tião Fritz* em sua divulgação. Contudo, não há pesquisas que tratem desse personagem, que durante anos foi representado por um sujeito negro. É como se a cor do mascote passasse despercebida, quando na realidade isso é muito significativo, considerando que a *Münchenfest* pauta-se na representação de uma festividade branca.

Problematiza-se aqui não exatamente a falta de pesquisas sobre a racialização hegemônica materializada na festa, mas a ausência de visibilidade da cor do personagem que a representava como mascote, que não só teve sua imagem durante anos estampada nos folhetos de divulgação do evento, como posteriormente passou a ser representado por Marcos Martins Januário, sujeito símbolo da festa durante um longo período e que veio a falecer em 2007, com quarenta e oito anos.

Ao contrário do que alguns afirmam, que a escolha do mascote/personagem *Tião Fritz* foi inspirado em um sujeito alemão, pontua-se com precisão que tal constatação é frágil, não pelo fato de ser retratado como preto, mas por não haver nenhuma outra fonte, por hora, que registre tal possibilidade ou dê consistência a tais rumores. Porém, de acordo com o entrevistado, *Tião Fritz* foi criado a partir das características que remetiam ao seu Tio conhecido como *Tião* e que na época era proprietário de uma lanchonete bastante popular em Ponta Grossa, a partir daí Aurélio Rosa verbaliza que

Então, e veja uma coisa que eu vou te contar da *Münchem*, um segredo. O nome do mascote da *Münchem* que é o *Tião Fritz*. *Tião* é por causa do nome do meu Tio que é *Tião* do Bibas e daí *Fritz* alemão. E o Chopp era escuro, e daí eu ia no *Strasburger* que fez o *Chopp* escuro ali. Os filhos dele eram tudo meus amigos, assim, o *Tuca* e tudo a piazada, (é) eram tudo meus amigos(...) (ROSA, 2020, informação verbal).

Embora o enunciado seja repleto de símbolos e informações importantes, o que há de mais significativo nesse fragmento é a maneira que o entrevistado confia esse fato considerando-o um *segredo*. A ideia de segredo pode ser interpretada tanto como algo valioso que deve ser preservado, quanto como uma constatação que deve ser ocultada devido o seu potencial desestabilizador, gerador de controvérsias e colisões capazes de desconstruir uma situação pré-estabelecida.

Nessa concepção, o sentido de contar um segredo veio acompanhado de um gesto que tapava a boca e diminuía o volume da voz, na tentativa de abafar o som das próximas palavras.



Um *segredo* que até então nunca tinha vindo à tona, mas que já era um ponto conflitante no imaginário da população negra local que jamais soubera da suposta “homenagem”, mas já indagavam sobre a imagem do mascote negro no cenário embranquecido da festividade.

Isto posto, entende-se que ao mesmo tempo em que há inserção de um elemento negro na festa mais conhecida da região, este é representado de modo caricato e deslocado, visto que não se tem um contexto capaz de justificar a inclusão forçada e estereotipada dessa figura em um evento que exalta a cultura alemã.

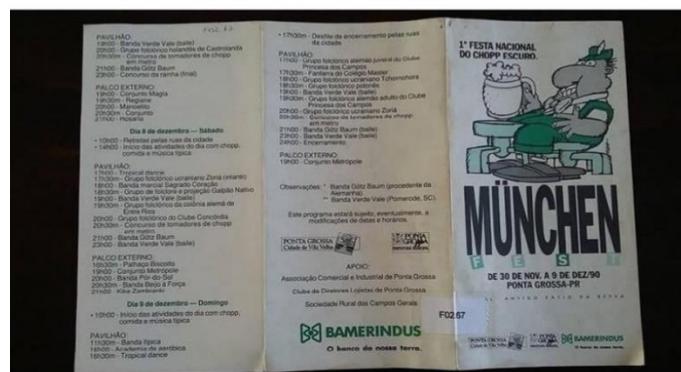
Imagem 1 – Tião Fritz, mascote da *Münchenfest*



Fonte: The Cities (2014)

O mascote foi criado no ano de realização da primeira edição da *Münchenfest* que ocorreu em 1990, porém o concurso que elegeu um indivíduo para representa-lo só aconteceu sete anos depois durante a oitava edição da festa.

Imagem 2 – Folder de divulgação da 1ª *Münchenfest*





Fonte: Casa da Memória do Paraná em Ponta Grossa –PR (1990)

Ao buscar maiores informações capazes de explicar o possível motivo que tenha levado os idealizadores da festa a adotarem tal representação, além de entendê-la como um prêmio de consolação para indivíduos negros que foram excluídos desse cenário branco e etnicamente arranjado, deparou-se com a explicação de que Tião Fritz representava um personagem alemão e cervejeiro, e o fato de ser apresentado como negro refere-se à característica do próprio Chopp escuro (JORNAL DA MANHÃ, 1997). A partir disso, conforme já dito, em 1997 foi escolhido, por meio de um concurso, um sujeito que pudesse representá-lo nesse enredo. Eleito, Marcos Martins Januário ficou conhecido como o *Tião Fritz* e animou o evento por cerca de dez anos.

A superficial ideia da inserção de um símbolo negro nessa proposta comercial de vender uma imagem completamente esvaziada de significado, a quem deveria importar, não faz sentido se pensada somente na intencionalidade de fazer conexão com o estilo do Chopp (escuro) que seria servido na festa, mas possivelmente estava enraizada em uma narrativa que deveria ser contada e contextualizada a fim de historicizar quais circunstâncias levaram a essa escolha.

Em notas sobre o falecimento de Marcos Martins Januário, o *Tião Fritz*, publicada em 2007 em duas páginas eletrônicas, uma de fotos e outra de notícias, o discurso sobre a origem do mascote e, posteriormente sobre o concurso em 1997 que escolheria seu representante, descreve que o mascote teria sido inspirado no personagem *Mussum*, vivido por Antônio Carlos Bernardes Gomes no programa de humor os *Trapalhões* que estreou na *Tv Tupi* em 1975 e foi exibido até 1995 na *Rede Globo* (PLANTÃO CIDADE, 2007). Além dessas pistas, não há outros indícios que deem legitimidade à informação.

Imagem 3 – Tião Fritz e a Majestade da 9ª *Münchenfest* (1999)





Fonte: Portal A Rede (2018).

A imagem refere-se possivelmente a 10ª edição da festa, visto que o ano gravado na faixa de Marcos Martins Januário é noventa e nove e a festa teve início em 1990. Quanto a Rainha da festa, sua faixa provavelmente remonta o ano de 1998, visto que o bordado da mesma registra a 9ª edição do evento, Era costumeiro as majestades eleitas no ano anterior fazerem a divulgação da festa no ano seguinte até que suas sucessoras passassem a se ocupar de tal responsabilidade.

Por fim, o conjunto de informações aqui apresentado não dialoga com a narrativa de Aurélio Rosa no que concerne ao papel de seu tio *Tião* como agente inspirador na escolha do nome e criação da figura do mascote da *Münchenfest*, tampouco há referência a essa possibilidade em algum outro discurso que não seja o do entrevistado. Contudo, tanto a história do personagem negro alemão pensado a partir do *Chopp* escuro, quanto a história de imitação pautada no Trapalhão *Mussum*, não isentam, a priori, o teor caricato de ambas as representações meramente performáticas e que tratam da racialidade dos indivíduos sem tratar deles em si, exercício que o informante tentou fazer constantemente em seus enunciados.

Considerações finais

A narrativa de Aurélio Rosa é primorosa do ponto de vista da comunicação responsiva, uma vez que seu discurso responde através de questões muito particulares à uma lógica discursiva de branqueamento sociocultural cidadão já consolidada de que *não há negros aqui*. Em meio à brechas históricas e utilizando caminhos possíveis, o entrevistado construiu seus enunciados de modo a inscrever sua família na historiografia local, o que é compreensível, já que “ De modo especial. A história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte.” (THOMPSON, 1992, p.21).

As memórias do informante também sinalizaram para a necessidade de possuir representatividades. Diante disso, talvez os enunciados por ele verbalizados devam ser interpretados como pequenos manifestos reivindicatórios, que buscam um lugar nesse processo histórico pontagrossense tão seletivo, elitista e por vezes, excludente.

Referências



AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Prefácio. In: HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**. Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. **História oral**: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a. p.277- 289.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAIT, Beth. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASA DA MEMÓRIA PARANÁ. **Folder de divulgação da 1ª Münchenfest**. 1990. Documento físico. Disponível no Acervo Casa da Memória Paraná.

CUTI (pseudônimo) de SILVA, Luiz. **Quem tem medo da palavra negro**. 1995. Mazza Edições, 2012. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf. Acesso em: 15 out 2020.

DENZIN, Norma K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.). Tradução Tomaz Tadeu da Silva. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103 – 133.



IBGE, Cidades. Paraná. **Censo - 2014**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411990>> Acesso em 16 out 2020.

JORNAL DA MANHÃ. **Tião Fritz**. 1997. Documento físico. Disponível no Acervo Casa as Memória Paraná.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

_____. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. "Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil". In: SPINK, Mary Jane (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 177-188.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTA GROSSA (Paraná). **Decreto nº 412, de 11 de setembro de 2002**. Denominação do Parque Natural Municipal de Parque Maria Joana Batista Rosa. Ponta Grossa: Prefeitura municipal, 2002. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/454747/decreto-412-02#art-1>>. Acesso em: 15 out. 2020

PORTAL A REDE. **Festa no Parque Ambiental traz lembranças do ‘Tião Fritz’ -1999**. 2018. Disponível em: <<https://d.aredo.info/munchenfest/238157/festa-no-parque-ambiental-traz-lembrancas-do-tiao-fritz>> Acesso em: 13 mai. 2020.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

_____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258p.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. **Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, p.256. 2010.

ROSA, Aurélio da. Territórios Negros locais: depoimento. Entrevista cedida a Merylin Ricieli dos Santos. PPGH-UDESC. **Territórios Negros**, Ponta Grossa. Arquivo em áudio. [fev. 2019]. Disponível no acervo particular da autora.

THE CITIES. **Tião Fritz, mascote da Münchenfest**. 2014. Disponível em: <<https://www.thecities.com.br/artigo/Brasil/Turismo/Tipos-de-Turismo/Eventos-e-Neg%C3%B3cios/Eventos-no-Brasil/1072/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.